



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região

TRF3 Notícias

Informativo de maio de 2012

São Paulo — Edição Nº 50 / 2012

TRF3 INAUGURA FASE PRÉ-PROCESSUAL NA CENTRAL DE CONCILIAÇÃO



Solucionar conflitos antes que se transformem em uma ação judicial é o objetivo da conciliação pré-processual. Em maio, o presidente do TRF3, desembargador federal Newton De Lucca, inaugurou o serviço na Central de Conciliação da Justiça Federal em São Paulo.

Págs. 2 a 4

Reconhecimento

*Congresso na PUC-SP homenageia
presidente do TRF3*

Págs. 5 e 6

Bicicletário

*Servidores ganham espaço para
guardar bicicletas*

Págs. 12 e 13

CONCILIAÇÃO

TRF3 inaugura conciliação pré-processual

Iniciativa pretende solucionar conflitos antes que se transformem em ações judiciais



Desembargadora federal Daldice Santana, coordenadora do Programa de Conciliação da 3ª Região, discursa para magistrados e servidores

O presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), desembargador federal Newton De Lucca, inaugurou, em maio, juntamente com a coordenadora do Programa de Conciliação da Justiça Federal da 3ª Região, desembargadora federal Daldice Santana, a fase pré-processual da Central de Conciliação na Justiça Federal.

A cerimônia contou com a participação da vice-presidente do tribunal, desembargadora federal Salette Nascimento; do representante da Câmara dos Deputados, Arnaldo Faria de Sá; da coordenadora dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região, desembargadora federal Marisa Santos; do diretor do foro

da Seção Judiciária de São Paulo, juiz federal Ciro Brandani Fonseca; da coordenadora e do juiz federal adjunto da Central de Conciliação, juíza federal Fernanda Hutzler e juiz federal Eurico Zecchin Maiolino, entre outras autoridades.

A conciliação pré-processual consiste na tentativa de realização de um acordo para pacificar um conflito antes que ele se transforme em um processo judicial. Nessa fase, o procedimento criado pela Justiça Federal adotou o sistema de autos virtuais, semelhante ao existente nos Juizados Especiais Federais.

Durante o evento, o presidente Newton De Lucca assinou a Resolução 288, de 11

de maio de 2012, que trata da ampliação do programa de conciliação e métodos para resolução de conflitos. “Assim com muita emoção o ato normativo”, declara. Ele entende que a iniciativa significa eliminar algo que pode se projetar no tempo: “Anos de vida se escoam enquanto os processos correm ou não correm”, explica, “eliminar a belicosidade tem o significado filosófico de procurar a fraternidade.”

O presidente se entusiasmou também com a possibilidade de supressão do papel na nova fase. Ele lembra que o século XX foi o “século do papel” e hoje buscamos um substituto não só para esse suporte, mas o sucedâneo do



Presidente do TRF3, desembargador federal
Newton De Lucca



Coordenadora do Programa de Conciliação
da 3ª Região, des. fed. Daldice Santana



Coordenadora dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região, des. fed. Marisa Santos

“entendimento, contra folhas cheias de agressões e rusgas”, que muitas vezes caracterizam um processo judicial. “É a grande resposta que damos àqueles que nos criticam. É isso que nos interessa dar à sociedade: trabalhar com grandeza e dignidade.”

O presidente acredita que a fase pré-processual da conciliação traz um grande avanço à Justiça Federal, na medida em que é uma demonstração de “boa vontade”, no sentido de ser possível resolver os conflitos “antes que eles detonem”. Ele assinala que, no que diz respeito aos conflitos relacionados aos conselhos profissionais, o índice de acordo tem sido da ordem de 90%.

Já a desembargadora federal Daldice Santana observa que a fase pré-processual não terá só um caráter reparatório ou punitivo, mas também preventivo: o de informar a população de seus direitos. “Aqui será também um centro de cidadania”, declara. Para a desembargadora, a sociedade tem relações muito dinâmicas e o Poder Judiciário tem de acompanhá-las, mas os recursos materiais e humanos

são limitados. “Precisamos de mais pessoas, precisamos de mais varas, mas precisamos sobretudo de outro método de abordar o conflito. Precisamos de mudanças no método artesanal de julgar”, assinala. A desembargadora acrescenta que as questões trazidas ao Poder Judiciário nem sempre são apenas jurídicas, mas muitas vezes sociais e econômicas, que podem ser solucionadas em conciliação.

A fase pré-processual da conciliação traz um grande avanço à Justiça Federal, na medida em que é uma demonstração de “boa vontade”, no sentido de ser possível resolver os conflitos “antes que eles detonem”

Des. Fed. Newton De Lucca

“O ideal é que o Judiciário fique só com o que for jurídico”. E aposta na conciliação como caminho: “Os recursos materiais e humanos são finitos, mas a vontade é infinita.” Daldice crê que a conciliação é a justiça do futuro, pois busca “a pacificação social”. Em um processo judicial, a pacificação vem ao final, o que pode levar muitos anos. Na conciliação, essa relação se inverte.

A desembargadora federal

Marisa Santos, que colaborou com a implantação da fase pré-processual da conciliação disponibilizando o modelo de processamento virtual adotado nos Juizados Especiais Federais, crê que o TRF3 ampliará seu espaço na justiça brasileira com a adoção dessa prática e anuncia que, em breve, também os Juizados contarão com uma fase de conciliação pré-processual.

O deputado federal Arnaldo Faria de Sá lembra que é importante facilitar a resolução de pendências judiciais: “Às vezes há recursos procrastinatórios e a conciliação pode ajudar a resolver isso.” Ressalta que a inauguração demonstra uma preocupação social acentuada da parte do presidente do TRF3, Newton De Lucca.

A juíza federal Fernanda Hutzler informa que as primeiras audiências na fase pré-processual estão acontecendo com dívidas da Caixa Econômica Federal e do Conselho Regional de Contabilidade. Segundo ela, as partes apreciam o ambiente da conciliação pela informalidade e pela proximidade do juiz com as partes. “É muito gratifican-

te. Acreditamos que a fase pré-processual vai barrar a entrada de pelo menos 50% do que seria ajuizado. É interessante para a parte pela celeridade e acho que para a pacificação social essa é uma grande via”, conclui.

Como funciona a fase pré-processual

A parte interessada pode se dirigir à Central de Conciliação levando todos os documentos que dizem respeito ao caso e solicitar a realização de uma audiência. Nesse momento, os documentos são digitalizados e colocados num sistema de processamento virtual, ou seja, quase não há papel. Abre-se, assim, o que se chama Reclamação pré-processual.

Em seguida, será marcada uma audiência e as partes interessadas recebem uma convocação para comparecer à central e discutir a dívida. Na audiência, os funcionários fazem um histórico do que aconteceu na audiência – o termo de audiência – e as partes assinam. Se houver acordo, todas as condições desse ajuste estarão descritas nesse documento. Se não houver acordo, isso também ficará registrado e assinado.

Quando ocorrer acordo, o termo de audiência será enviado para a homologação do juiz conciliador e valerá como lei entre as partes. Se for descumprido, poderá haver um processo de execução da dívida não paga, mais rápido do que uma ação de cobrança comum.

Se não houver acordo, o termo de audiência da reclamação pré-processual



Presidente do TRF3, desembargador federal Newton De Lucca, inaugura fase pré-processual da Central de Conciliação em São Paulo



Magistrados, servidores e juristas acompanham a solenidade



Autoridades presentes na cerimônia de inauguração da fase pré-processual da Central de Conciliação de São Paulo

é remetido ao arquivo e as partes terão a opção de re-discutir seu caso em um processo judicial, que seguirá os trâmites normais.

Na conciliação pré-pro-

cessual, as partes não precisam de advogado e o procedimento é realizado sem custos.

Andréa Moraes

RECONHECIMENTO

Presidente Newton De Lucca recebe homenagem em congresso na PUC-SP

Com o tema “Capitalismo humanista”, evento reuniu acadêmicos, magistrados, juristas e estudantes

O presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), desembargador federal Newton De Lucca, foi homenageado nos dias 2, 3 e 4 de maio, em Congresso com o tema “Do capitalismo humanista e recuperação de empresas”, promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pela Escola Paulista da Magistratura (EPM). O evento contou com a participação de diversos juristas de renome na área empresarial e de autoridades do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Para o organizador do evento, professor Ricardo Sayeg, o objetivo do congresso foi estimular debates jurídicos da relação entre direitos humanos e economia, com o intuito de propagar os estudos realizados em torno de economia, direito e direitos humanos. “O doutor Newton De Lucca é uma expressão do direito e do direito empresarial. Nós temos um núcleo de direito econômico e esse núcleo investiga a relação entre direito econômico e os direitos humanos. O doutor Newton De Lucca é um marco, uma referência nesses estudos acadêmicos”, informou o professor.

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2), desembargador federal Nelson Nazar, destacou a homenagem ao de-



Profa. Samantha Meyer (Uninove); desembargador federal Newton De Lucca, presidente do TRF3; desembargador Armando Toledo (TJSP); Dirceu de Mello, reitor do PUC-SP

sembargador federal Newton De Lucca: “Esse é um evento que está vinculado ao núcleo de direito econômico, chamado capitalismo humanista, e tem por finalidade homenagear as pessoas ilustres que compõem o direito, entre elas está inserida a pessoa do doutor Newton De Lucca, que é antes de tudo um mestre e um tribuno.”

Para o jurista Ives Gandra Martins, o desembargador Newton De Lucca é um grande conhecedor do direito. “Talvez ninguém conheça tão bem quanto ele o direito de internet”, disse. Ele destacou que o presidente Newton De Lucca é, hoje, uma figura excepcional no mundo jurídico, não só como jurista, mas também como humanista. “Eu sempre considero que um homem passa a ser efetivamente

um homem digno de ser chamado homem quando é um homem justo, e o desembargador Newton De Lucca é um homem justo”, concluiu Ives Gandra.

O reitor da PUC-SP, Dirceu de Mello, observou que a realização de um evento para debater o humanismo dentro do capitalismo demonstra que esses pensamentos estão firmando as raízes de um movimento que considera praticamente vitorioso: “Ele começou aqui na nossa PUC, através da iniciativa do professor Ricardo Sayeg e contou com o apoio de muitos que já se manifestaram.”

Para o desembargador federal Newton De Lucca, o capitalismo humanista é uma visão marcadamente ética da atividade empresarial: “O capitalismo”, disse ele, “se

abandonado a si próprio tem um efeito devastador contra a sociedade, porque ele é, por natureza, egoísta. Ele acaba conduzindo ao domínio de uns sobre os outros e à exploração do homem pelo homem. E é com isso que nós não podemos concordar. Essa situação leva a um estado de barbárie que nós vemos ocorrer nas guerras, que acabam tendo, quase sempre, um forte conteúdo econômico.” Ele crê que estabelecer o equilíbrio entre capitalismo e humanismo é o grande desafio da atualidade: “O século XXI, ou será o século da ética ou será o último da história da humanidade. Vamos lutar para que seja o século da ética.”

Sayeg, autor do livro “Capitalismo Humanista”, escrito com o jurista Wagner Balera, relatou que o Núcleo de Direito Econômico da PUC, unido ao Núcleo de Direitos Humanos, desenvolveu a teoria alicerçada na Filosofia Humanista do Direito Econômico. “A nossa ideia é difundir e criar em torno dela uma aplicação prática para benefício de toda a população e do País, para o desenvolvimento nacional, redução das desigualdades e erradicação da pobreza.” Ele entende que o capitalismo humanista é uma resposta necessária à preservação do planeta e da humanidade: “Que a humanidade é capitalista, não há dúvidas. Agora precisamos reafirmar o nosso humanismo.”

Dentro do Poder Judiciário, a aplicação dessas ideias já é uma realidade: “A cada dia tenho sido surpreendido com acórdãos citando essa teoria, esse pensamento. Várias adesões têm ocorrido e é fruto



Auditório Tucarena, na PUC-SP, ficou lotado no evento em homenagem ao presidente Newton De Lucca

do reflexo de excepcionais humanistas à frente dos tribunais, como no caso do TRF3, que tem o professor Newton De Lucca ou do TRT2, que tem o professor Nelson Nazar”, informou Sayeg.

Roberto Senise Lisboa, membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, pesquisador e professor livre-docente na PUC/SP, assinalou que o capitalismo humanista procura defender que o sistema de trocas “possa ser efetuado de uma maneira que não se pense apenas na lucratividade, não se pense apenas em uma empresa ter o lucro, mas, sim, que ela cumpra a função social que ela tem, prevista na Constituição. O texto constitucional fala que devem prevalecer, entre outras coisas, os direitos humanos. Assim, empresa, empregados e consumidores devem fazer parte de um tripé que tenha uma harmonização nas relações jurídicas, e não apenas um predomínio que venha eventualmente marginalizar ou até mesmo suprimir partes um do outro.”

No final do evento, o pre-

sidente Newton De Lucca foi agraciado com uma placa comemorativa entregue pela professora Samantha Meyer, da Uninove, após ser saudado por manifestações provenientes de diversos setores da sociedade civil, especialmente do meio jurídico e acadêmico, como a Ordem dos Advogados do Brasil; o Instituto dos Advogados de São Paulo, a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis); a Fundação Nuce e Miguel Reale; alguns de seus ex-alunos e outros.

Em sua manifestação de agradecimento, ele disse que, melhor do que ser homenageado é merecer a homenagem e prometeu, dentro de um espírito de ética, solidariedade e fraternidade, continuar lutando para cumprir a Constituição e fazer jus a tudo que foi dito a seu respeito durante o evento.

Newton De Lucca é autor do livro “Da ética geral à ética empresarial”, entre outras obras.

Ana Cristina Eiras e Andréa Moraes

TREINAMENTO

Filosofia do Direito abre oportunidade para reflexão crítica de servidores

A disciplina é capaz de promover a aproximação do jurista com os anseios da sociedade



Servidores participam do curso sobre Filosofia do Direito, promovido pelo setor de treinamento da Secretaria de Gestão de Pessoas

Você se considera injusto? O fato de ninguém poder alegar desconhecimento da lei é um dogma? Onde mesmo foi feita a primeira constituição da história da humanidade? Afinal, o que é jusnaturalismo? Estas e muitas outras perguntas surgem em um curso promovido pelo setor de treinamento da Secretaria de Gestão de Pessoas do TRF3, e se não são respondidas, ao menos suscitam a curiosidade e a vontade de buscar mais informações para formar uma opinião. Trata-se do curso

de Filosofia do Direito, que já está em sua quarta turma, ministrado por um servidor apaixonado pelo assunto, Angelo Fernando Vaz Rosa, supervisor da Seção de Pesquisa e Atendimento ao Usuário na Divisão de Jurisprudência, mestrando em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Ele se diz um interessado na Filosofia do Direito desde os tempos da graduação, quando não entendia o porquê da preferência de todos os seus colegas por códigos

e leis: “Ninguém discutia se tudo aquilo era justo ou não. Isso me angustiava profundamente. As disciplinas de Filosofia, Filosofia do Direito, Antropologia Jurídica e Sociologia do Direito eram absolutamente negligenciadas por alunos e professores. O cidadão era apenas um sujeito de direitos, alheio a tudo o mais ao redor.” Sentiu-se, então, motivado a fazer pós-graduação e optou por discutir a cidadania em todo os seus espectros, momento em que teve um contato amplo e

intenso com a Filosofia do Direito e Sociologia Jurídica, suas disciplinas favoritas, dentro da linha de pesquisa “A cidadania modelando o Estado”.

“As discussões sobre a sociedade injusta em que vivemos aumentou ainda mais minha angústia. Eu tinha que fazer algo. Eu precisava discutir o que eu lia com as pessoas. E as primeiras conversas foram com os meus colegas da Divisão de Jurisprudência, em especial com o Alexandre Macegosa – uma das mais brilhantes mentes deste Tribunal – durante a pesquisa temática dos acórdãos no TRF3. Como eu já possuía a experiência de ministrar os cursos de Jurisprudência, propus ao treinamento um curso que apresentasse o pensamento jusfilosófico contemporâneo aos servidores”, explica Angelo.

Sobre a aplicação prática do curso no dia a dia da justiça, o servidor crê que a Filosofia do Direito tem a missão de dar uma visão crítica da realidade jurídica que possuímos: “Na intelectualidade, convencionou-se chamar de pensamento crítico aquele que se coaduna com o marxismo, contudo, prefiro emprestar ao verbete ‘crítica’ a aceção de análise metódica das questões”, assinala. No curso, são apresentados os conceitos de justiça de Sócrates; Platão; Aristóteles; Cícero; São Paulo; Santo Agostinho; São

Tomás de Aquino; Alighieri; Maquiavel; Hobbes; Locke; Montesquieu; Rousseau; Kant; Hegel; Marx; Savigny; Pachukanis; Gramsci; Escola de Frankfurt; Heidegger; Kelsen; Schmitt; Bobbio; Reale; Foucault e Habermas. Segundo o professor, a finalidade é dar condições aos servidores para se aprofundarem ainda mais

nestas reflexões.

Angelo lamenta que a Filosofia do Direito seja tão negligenciada pelo ensino jurídico. “Não há espaço para a reflexão ou discussão do Direito e da Justiça. Com raríssimas exceções, o bacharel em Direito é preparado para as provas da OAB ou de concursos, sem se importar com a análise do Direito. Isso tem um lado

Filosofia do Direito na Idade Moderna

Rousseau

- Iluministas: razão contra as trevas da fé religiosa
- Rousseau: a civilização era a culpada pela degeneração da moral do homem natural
- Em sociedade, o comportamento humano se altera, buscando ganhos e vantagens pessoais

Servidor Angelo Fernando Vaz Rosa, supervisor da Seção de Pesquisa e Atendimento ao Usuário, ministra curso sobre Filosofia do Direito

Para o servidor Angelo Vaz, a Filosofia do Direito tem a missão de dar uma visão crítica da realidade jurídica que possuímos.

perverso, que é o distanciamento dos juristas em relação aos anseios da sociedade”, observa.

O interesse pelo curso entre os servidores é tamanho que já motivou até uma cobrança pela formação de um grupo de estudos, o que Angelo ainda não implementou por falta de tempo.

Durante as aulas, os debates são abertos e muito ricos. A formação de servidores das mais diversas áreas contribui para isso. “Além dos bachareis em Direito, já tive a honra de dar aulas para filósofos; historiadores; sociólogos; geógrafos; engenheiros, entre outras formações”, afirma o professor. Segundo ele, o Direito precisa de uma visão interdisciplinar para avançar, para construir uma sociedade mais justa.

Andréa Moraes

INFORMATIZAÇÃO

Tribunais integram sistemas de processos eletrônicos

STF, STJ e TRFs firmam termo de cooperação para integrar sistemas informatizados dos tribunais



Desembargador federal Newton De Lucca, presidente do TRF3, assinou os termos de cooperação juntamente com os presidentes do STF, ministro Ayres Brito, e do STJ, ministro Ari Pargendler

Os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ari Pargendler, e dos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs) assinaram, no dia 21 de maio, os termos de cooperação entre os órgãos para a integração dos sistemas de recebimento de processos eletrônicos. A solenidade formalizou a integração já existente entre o STF, o STJ e os TRFs da 1ª, 2ª, 4ª e 5ª regiões e iniciou a integração com o TRF-3.

O sistema permite o envio e a devolução automática de processos eletrônicos por meio de integração eletrônica, especialmente Recursos Extraordinários (RE) e Agravos (ARE). Esses recursos representam hoje 35% do total de processos

eletrônicos no STF, que, por sua vez, somam 26% do acervo de processos no Supremo. “O STF e o STJ já vêm, há algum tempo, mantendo alto grau de coordenação e colaboração. Esse é um ato simbólico em que os dois tribunais formalizam por escrito essa disposição de continuar assim”, disse o presidente do STJ, Ari Pargendler.

Na avaliação do presidente do TRF-3, desembargador Newton De Lucca, a informática talvez seja a única alternativa para que a Justiça possa efetivamente acelerar a oferta da prestação jurisdicional. “Estamos tendo a substituição do papel por bits. Na prática, em vez de mandar papel para o STF, vamos mandar tudo digitalizado. É algo incrível”, afirmou.

A presidente do TRF-2, desembargadora Maria Helena Cisne, apontou que o tribunal está implantando o PJ-e (Processo Judicial Eletrônico), lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “Essa comunicação de mandar os recursos extraordinários por meio eletrônico já existe há bastante tempo no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Agora está havendo uma uniformização dos procedimentos. Todos os tribunais vão mandar da mesma forma. O processo eletrônico é uma realidade e não podemos fugir dele. É uma forma dos tribunais se integrarem e falarem a mesma linguagem. Isso agiliza a prestação jurisdicional”, apontou.

Supremo Tribunal Federal

CULTURA

SEGE disponibiliza na intranet sugestões de livros, textos e filmes

Nova seção contribui para o desenvolvimento profissional e pessoal dos servidores

Em busca do desenvolvimento contínuo dos servidores, a Secretaria de Gestão de Pessoas através da Divisão de Avaliação e Desenvolvimento de Competências criou uma nova seção na intranet: “Baú de Ideias”. No espaço, o servidor encontra diversas sugestões de livros, textos, filmes, entre outras obras, que contribuem para o desenvolvimento profissional e pessoal.

A diretora da Divisão de Avaliação e Desenvolvimento de Competências, Regina Laura de Oliveira Arêde, explica que a intenção é compartilhar toda manifestação cultural que possa estimular a reflexão e o desenvolvimento contínuo do servidor. Segundo ela, o critério principal na escolha do material disponibilizado no novo espaço é que tenha alguma relação com o universo do trabalho e possa ser aproveitado pelo maior número possível de pessoas.

“Daremos preferência a temas que agreguem conhe-

cimento para lidar com os desafios do dia a dia e não envolvam preferências pessoais delimitadas a grupos específicos, como por exemplo, matérias de cunho religioso, político e afins, já que fugiria da proposta inicial.”

A nova seção está localizada na intranet, Secretaria de Gestão de Pessoas, Acesso rápido, Baú de Ideias.

Regina Arêde destaca que a Divisão de Avaliação e Desenvolvimento de Competências sempre está à procura de novidades. “É importante que o servidor visite periodicamente a página e contribua com sugestões, não apenas de te-

mas, mas de eventuais melhorias para o aprimoramento constante do espaço, que é de todos nós.”

Servidores interessados podem sugerir textos, livros e filmes para publicação no Baú de Ideias. Para isso, basta encaminhar a indicação para o e-Sau, Serviço de Atendimento ao Usuário da SEGE.

Se o material atender aos critérios explicados pela diretora, será publicado na intranet.

O texto mais recente disponibilizado na seção Baú de Ideias é Apesar de vocês, de Tom Coelho, educador, conferencista e escritor com artigos publicados em 17 países. Recentemente, ele esteve no Tribunal e ministrou a palestra “Gestão por Confiança – Construindo relações e fortalecendo equipes”. Mais informações sobre o autor no site www.tomcoelho.com.br.

Wellington Campos



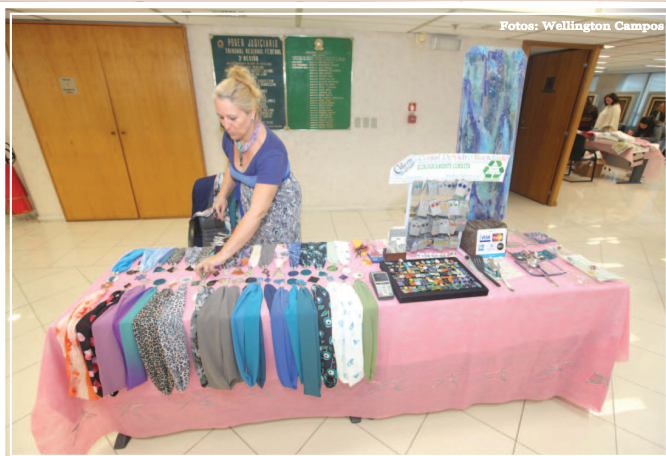
QUALIDADE DE VIDA

Tribunal inova com feira do Dia das Mães

O espaço trouxe opções variadas e exclusivas de presentes para uma pessoa muito especial



Theo Bibancos: joias banhadas em ouro branco e amarelo



Fotos: Wellington Campos

Nos dias 2, 3 e 4 de maio, o Tribunal realizou no Hall Nobre mais uma edição da Feira do Dia das Mães, que trouxe uma diversidade de produtos com descontos, facilidade de pagamento e até sorteio de brindes.

Organizada pela Divisão do Pró-Social, a exposição teve a finalidade de facilitar a vida do servidor, que pôde escolher com comodidade as múltiplas ofertas de presentes. “A proposta da feira neste ano foi trazer mais opções, diversificamos bastante”, diz Esther Barbosa de Oliveira Cuvello, supervisora da Seção de Qualidade de Vida do Pró-Social.

Ao todo, 16 expositores ofereceram alternativas variadas de presentes: perfume nacional e importado, livro, artesanato, maquiagem, chocolate, lingerie, bi-



Livraria Saraiva: estande com os livros mais vendidos do momento

juteria exclusiva, acessórios e roupa.

O diferencial do espaço foi a participação da Livraria Saraiva, que montou um estande com títulos mais vendidos, além de obras com temas relativos ao dia das mães. Os produtos adquiridos aqui no Tribunal tinham 10% de desconto e opção de parcelamento.

A servidora Denize de Oliveira Capponi visitou e aprovou: “A feira deste ano tem muitas representações.” Ela conta que encontrou um presente e acrescenta que

Cristie Gabetta: produtos com vidros reciclados

novas empresas são sempre bem vindas.

A Mary Kay participou pela primeira vez da feira e trouxe três linhas de produtos: cuidados com a pele, maquiagem e fragrâncias. “Demos consultoria sobre o que presentear, demonstramos uma esfoliação para as mãos e apresentamos dicas de maquiagem e beleza. Também oferecemos de 5 a 20% de desconto e sorteamos um brinde no final”, diz a diretora da empresa Fernanda Ronconi.

Presentes originais

Muitos participantes autônomos foram indicados por servidores. É o caso de Theo Bibancos, esposo da servidora Sandra Kaori. Ele participou pela segunda vez e trouxe semi joias banha-

das em ouro branco e amarelo. Para Theo, o espaço é uma oportunidade de divulgação e também de interação com o público do TRF. Como os produtos têm um design criado por ele próprio, são peças exclusivas e fogem do que é encontrado no circuito comercial.

Cristie Gabetta apresentou produtos feitos com vidro reciclado. Utilizando uma técnica denominada “fusing”, ela dá formato, cor e modelagem ao material, transformando-o em peças de decoração, bijuterias e acessórios originais. “Com o vidro dá para fazer muita coisa, tenho mil ideias. Algumas peças que faço seguem o mesmo padrão, mas nenhuma é igual”, finaliza.



A servidora Denise Capponi encontrou o presente do Dia das Mães na feira

Mônica Gifoli

EDUCAÇÃO

Servidores lançam “Manual dos Recursos Extraordinário e Especial”

Obra disponibiliza aos operadores do Direito instrumento de consulta rápido e eficaz

No dia 10 de maio, dois servidores do Tribunal, Marco Aurélio Serau Jr. e Silas Mendes dos Reis, participaram de um evento de lançamento coletivo de livro, organizado pelas Editoras Método e Forense.

A obra “Desaposentação – Novas perspectivas teóricas e práticas”, de Marco Aurélio Serau Jr., especialista em Direito Previdenciário, trata do principal assunto previdenciário da atualidade, abordando seus aspectos constitucionais, legais e processuais, inclusive o tema da possibilidade da renúncia à primeira aposentadoria e concessão subsequente do novo benefício para aqueles que, já aposentados, voltem a trabalhar.

Silas Mendes dos Reis, especialista em Direito Constitucional, lançou o livro “Manual dos Recursos Extraordinário e Especial”, em coautoria com Marco Aurélio. A obra é extremamente didática e funcional. Sua proposta é, exatamente, servir a todos que militam na área forense. O texto ressalta o empenho no



Servidores Marco Aurélio Serau Jr. e Silas Mendes dos Reis, autores da obra

tratamento científico dado ao complexo tema dos recursos extraordinário e especial, sem esquecer dos aspectos práticos, com vistas a disponibilizar aos operadores do Direito um instrumento de consulta pronta e eficaz.

O evento contou com a presença de magistrados e servidores do Tribunal.

VIA LEGAL

Justiça Federal proíbe venda de aparelhos que permitem pirataria de TV a cabo

Receptores comercializados em centros de comércio popular liberam o acesso a todos os canais das principais operadoras

Uma decisão da Justiça Federal em São Paulo proíbe a venda, principalmente em áreas populares de comércio, de aparelhos que prometem acesso a todos os canais das operadoras Net, TVA e Sky, mesmo para quem tem pacotes básicos de programação.

Em liminar, o juiz federal Marcelo Mesquita Saraiva, da 15ª Vara, entende que a comercialização e o uso dos conversores de sinal Azbox, Azamerica e Lexusbox constitui crime contra a Lei Geral das Telecomunicações.

Com o equipamento, a partir de um código que pode ser obtido em sites na internet, o usuário consegue desbloquear o aparelho.

Estimam-se, hoje, entre 500 mil e 700 mil equipamentos do gênero no país, que são vendidos entre R\$ 450 e R\$ 600. O prejuízo mensal das operadoras, segundo a Associação Brasileira de TV por Assinatura

(ABTA), é de R\$ 100 milhões.

O juiz baseia sua decisão de proibir a comercialização dos aparelhos no entendimento de que as operadoras de TV por assinatura enfrentam concorrência “ilegal e desleal advinda da massiva importação, divulgação e comercialização dos decodificadores.”

“Tais aparelhos, além de serem dotados da capacidade de captar os sinais livres (de TV aberta por satélite, o que é legal), trazem ocultamente processador destinado exclusivamente à captação não autorizada dos sinais de TV paga”, diz o texto.

A decisão foi comemorada pelo setor e acontece após o Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Televisão por Assinatura (Seta) e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Sistemas de TV por Assinatura e Sistemas Especiais e Telecomunicações (Sincab)

apresentarem denúncia à Justiça Federal.

Entre as determinações, o juiz solicita às associações de despachantes aduaneiros e importadores de produtos populares que informem seus associados sobre a proibição.

O mesmo pedido é feito à Associação dos Comerciantes do Bairro da Santa Ifigênia (ACSI): a notificação dos lojistas quanto à proibição. Procurada, a organização afirmou não ter sido notificada ainda sobre a decisão, mas declarou que vai orientar os seus cerca de 15 mil membros.

Empresas de internet também devem suspender propagandas. Quem violar a proibição poderá responder por crime de desobediência prevista no Código Penal.

Erica Resende e Carolina Villacresces



QUALIDADE DE VIDA

Servidores do TRF3 ganham bicicletário

Em fase experimental, local é destinado aos ciclistas que usam a bicicleta como meio de transporte

A vida agitada das grandes cidades cada vez mais carece de alternativas que busquem melhorar o dia a dia dos cidadãos. O caos do trânsito em uma megalópole como São Paulo, por exemplo, faz com que a qualidade de vida seja bastante prejudicada. Uma das opções encontradas por algumas pessoas para o deslocamento de casa para o trabalho é a utilização de meios de locomoção alternativos como a bicicleta.

Visando atender em parte a demanda de seus funcionários-ciclistas, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) disponibiliza, desde o mês de abril, um bicicletário aos servidores e magistrados para a guarda de suas bicicletas. Eles podem estacionar a sua “magrela”, como é carinhosamente conhecida, em um espaço reservado para dez vagas na garagem do 2º subsolo do prédio-sede.

Até o momento, sete servidores estão cadastrados para o uso do bicicletário. Eles estão satisfeitos com a iniciativa e elencam diversos fatores benéficos com a medida. “Excelente iniciativa. O Poder Judiciário e órgãos públicos em geral devem sempre dar o exemplo à população de práticas reconhecidamente benéficas. Além disso, fomenta entre os funcionários bons hábitos que melhoram sua saúde e qualidade de vida”, avalia



Gustavo, Fernando, Edson e José Antonio: servidores-ciclistas no bicicletário

o assistente técnico Gustavo Rodrigues.

O agente de segurança Fernando Faro também gostou da ideia do TRF3 em criar um bicicletário para funcionários. Ele justifica a iniciativa como necessária, uma vez que nenhum estacionamento da região (da Avenida Paulista, onde está o tribunal) aceita bicicletas com a alegação de que o seguro não cobre danos ou furtos das “magrelas”.

Para fazer jus ao bicicletário, os ciclistas têm que respeitar as orientações traçadas pela Diretoria-Geral (DIRG) como autorização para o uso da garagem, cumprir itens de segurança e outras recomendações repassadas na ocasião do cadastramento. O acesso ao local é monitorado pelo sistema de vídeo e eventuais danos, causados em decorrência

de mau uso, ficarão a cargo do seu causador.

A fiscalização e o controle de acesso ao local são de responsabilidade da Divisão de Segurança (DISG). Equipamentos de segurança como capacete e lanternas devem ser utilizados para facilitar o deslocamento dos ciclistas no interior da garagem. O horário de funcionamento do bicicletário é o mesmo do expediente do tribunal, não sendo permitido o pernoite.

Iniciativa

Aliás, a ideia da criação desse espaço partiu dos próprios servidores. Um deles foi o supervisor Angelo Fernando Vaz Rosa. Em 2010, ele fez um pedido de instalação de um bicicletário no TRF3, baseado em legislação municipal que

determina estacionamento de bicicletas em edifícios públicos como política de mobilidade pública. Para ele, esse tipo de veículo é uma alternativa aos meios de transporte tradicionais.

“Gasto em média cinquenta minutos no transporte público. De bicicleta, para vir ao TRF, gasto trinta minutos. Para voltar (de bicicleta) para casa, quinze minutos, pois é uma descida. É uma ótima opção de meio transporte para a cidade. Mesmo que um cidadão opte por deixar seu carro em casa, ele encontra dificuldade em utilizar o transporte público, pois a malha metroviária ainda é pequena e o serviço de ônibus ainda é muito deficiente, com longos períodos de espera e excessiva lotação”, argumenta Angelo.

A iniciativa merece elogios também da Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (Ciclocidade). “A cidade de São Paulo possui as Leis 14.266 e 13.995 que obrigam todos os locais ‘com grande fluxo de pessoas’ a instalar um bicicletário, mas ambas ainda não foram regulamentadas. O fato de um órgão público se dispor a aplicar a lei indica que ele está preocupado com o bem-estar de seus servidores, promovendo a redução do congestionamento e da poluição, em sintonia com os novos paradigmas de sustentabilidade do século XXI”, comenta Sumaya Lima, diretora de Comunicação da Ciclocidade.

Motoristas x ciclistas

Um dos maiores desafios dos ciclistas é a convivência com os motoristas de carros,



Servidores-ciclistas contentes com a iniciativa que os beneficiou

ônibus e outros veículos. A capital paulista tem 110 km de ciclovias ou vias compartilhadas entre todos eles. A Ciclocidade estima que quinhentas mil pessoas utilizem a bicicleta para deslocamentos nas ruas de São Paulo ao menos uma vez por semana.

A associação acredita que essa tendência está em alta contínua e cita uma pesquisa do Metrô que aponta um crescimento de 176% de viagens de bicicletas nos últimos dez anos. O índice é superior aos 31% dos registrados no deslocamento de trem-metrô e 13% no de automóveis, segundo o mesmo levantamento.

Apesar de ser considerada meio de transporte pela legislação de trânsito, a convivência da bicicleta com os outros veículos não é tarefa fácil. O servidor-ciclista Edson Nakasone acha muito complicada esta relação, mas tem esperança que iniciativas como a do TRF3 mude a situação.

O assistente técnico José Antonio de Andrade Cesar também vê esta situação como complexa e tensa. “Sou ciclista desde os três anos de idade e utilizo as vias públicas desde os seis anos. Tento me anteci-

par às reações dos motoristas e nunca ultrapasso um ônibus ou caminhão, principalmente, pela direita. Tem que ter paciência, evitar vias de tráfego intenso como Avenida Paulista e a 23 de Maio, porque existem sempre vias paralelas com menor fluxo”, aconselha.

Segurança

Os itens de segurança são imprescindíveis aos ciclistas, principalmente, aos que utilizam a bicicleta como meio de transporte. José Antonio procura se cercar da maior proteção possível. “Utilizo tênis sem cadarço, camiseta, bermuda e calça própria para o ciclismo. São indispensáveis também o uso de capacete de boa qualidade com luz sinalizadora, óculos de proteção e bicicleta equipada com farol, luz traseira e espelho retrovisor”, orienta.

A Ciclocidade traz em sua página na internet uma série de dicas, conselhos e orientações importantes aos ciclistas e motoristas para um convívio com segurança e respeito. O site é www.ciclocidade.org.br.

Edmilson Gomes

ARTE E CULTURA

Exposição sobre o mestre da pintura metafísica é visitada por servidores

Mostra no MASP reúne 122 pinturas, esculturas e fotografias do artista grego Giorgio de Chirico



Grupo de servidores do TRF3 e da Justiça Federal de São Paulo visita o Museu de Arte de São Paulo

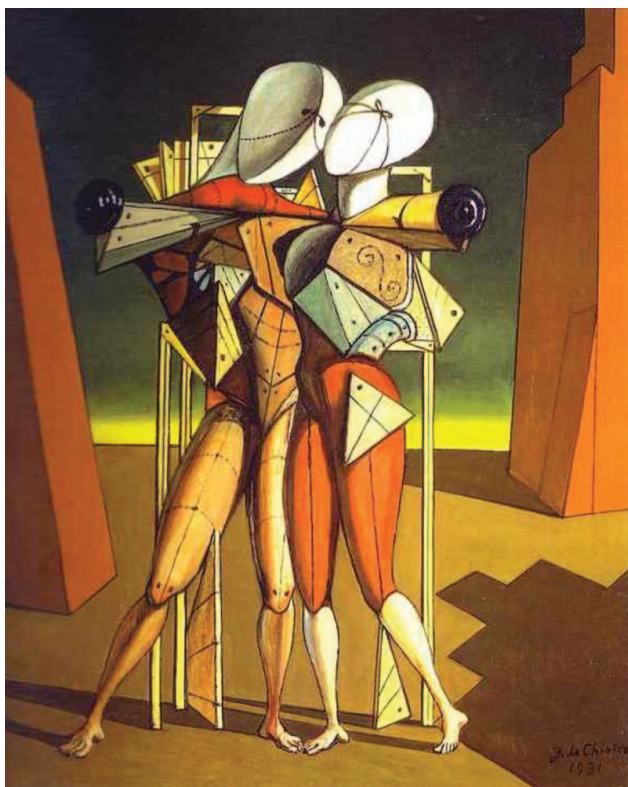
Introduzir o público no universo da pintura metafísica, baseada em cenários arquitetônicos, solitários, irreais e enigmáticos e povoada por objetos que inspiram um mundo onírico e subconsciente. Esta foi a proposta da exposição “De Chirico: O Sentimento da Arquitetura”, visitada por um grupo de servidores do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) e da Justiça Federal de São Paulo, no dia 5 de maio no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP).

A visita à mostra faz parte do “Projeto Arte & Cultura no TRF3” e foi realizada em parceria entre a Divisão do Pró-Social e a Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (Emag). Os visitantes puderam ver 122 obras de Giorgio de Chirico (1888-1978), um dos maiores artistas do século XX.

Precursor do Surrealismo, de Chirico faz parte da corrente histórica italiana criada a partir do encontro com o pintor Carlo Carrà, em Ferrara (Itália), 1917. Nessa oca-

sião, eles criam o termo “pintura metafísica”. A mostra do MASP reúne 45 pinturas, 11 esculturas e 66 fotografias pertencentes à coleção da Fondazione Giorgio e Isa de Chirico, sediada em Roma, na casa onde o artista viveu no começo da década de 40 do século passado.

A maioria das obras é da última fase do artista, chamada de neometafísica, iniciada nos anos 60. Os trabalhos são caracterizados pela exaltação da cor, o caráter seco e a redução poética. Para o servidor



Wladimir Wagner Rodrigues, o objetivo da visita é aproximar os funcionários do TRF3 à arte, com reflexos na vida pessoal e profissional. “A visita tem também um caráter educativo e social”, acrescenta.

Wladimir ministra um curso de História da Arte na Emag e antes da visita ao MASP realizou um encontro com os servidores para falar da exposição. “O encontro serve como uma preparação para quem vai ver as obras com o grupo ou mesmo individualmente e tirar mais proveito da visita”, afirma.

Para Adriana Andreoni, servidora do Juizado Especial de São Paulo (JEF/SP), ir à exposição é uma oportunidade dos servidores interagirem com atividades culturais. “É interessante que haja projetos que abordem temas além da área jurídica. Sempre participo das visitas culturais e gosto de ir a museus no País e no exterior”, conta.

O fato de ser uma visita monitorada agra-



dou às servidoras Caroline Bacher e Juliana Guimarães, ambas lotadas no Gabinete do desembargador Antonio Cedenho. Elas foram pela primeira vez a uma exposição do “Projeto Arte & Cultura no TRF3”. “A visita monitorada é um estímulo a mais, porque temos mais informações para observar as pinturas e esculturas do artista”, elogia Juliana.

A exposição

A curadora da exposição, Maddalena d’Alfonso, diz que as obras do artista que es-

tão no MASP retratam uma cidade metafísica. É uma cidade grega, renascentista e moderna que também remete a locais onde morou de Chirico. “Os fragmentos de Florença, Roma, Turim, Munique, Ferrara, Paris e Nova Iorque aludem a sentimentos ligados à vida urbana, que expressam um estilo de vida, uma relação entre história, lugares e pessoas, que o pintor

traduz em arte”, analisa a curadora.

O imaginário urbano e a cidade encarnam a dimensão interior e psicológica do homem moderno. A arquitetura está presente em toda a exposição e é um dos motivos centrais da obra do artista, que dizia que “o sentimento da arquitetura é, provavelmente, um dos primeiros que os homens experimentaram. As moradias primitivas encravadas nas montanhas, reunidas no meio de pântanos, indubitavelmente originaram nos nossos antigos avós um sentimento confuso, feito de mil outros, e que desencadeou, no decorrer dos séculos, aquilo que nós chamamos sentimento da arquitetura.”

Breve histórico

Segundo a Encyclopaedia Britannica, Giorgio de Chirico nasceu em 10 de julho de 1888 em Vólos, na Grécia. Viveu com a família na Itália e na Alemanha e ficou fascinado com a pintura do simbolista suíço Arnold Böcklin. Por volta de 1909, começou a pintar seus famosos cenários arquitetônicos.

Nesse período, introduziu em seus quadros maior variedade de objetos. Estão presentes nestas obras manequins, nus ou vestidos à moda clássica, enigmáticos e sem rosto como em *Heitor e Andrômaca*. A ideia era simbolizar a estranheza do ser humano diante de seu ambiente, seja ele um meio físico ou psicológico.

Na década de 1920, de Chirico mudou



para um estilo classicista, distanciado do metafísico. Apesar de ser considerado precursor da pintura surrealista, afastou-se desse movimento. Em 1940, regressou à Itália e adotou um estilo acadêmico, baseado em temas mitológicos e clássicos.

O que o artista qualifica de pintura metafísica corresponde à necessidade de sonho, de mistério e de erotismo própria do surrealismo. Entre as suas obras mais importantes estão: *O Regresso do Poeta*, *Retrato Premonitório de Apollinaire*, *A Conquista do Filósofo*, *Heitor e Andrômaca*, *Musas Inquietantes* e *O Retorno de Ulisses*.

Influência

As fontes das invenções metafísicas do pintor grego são as filosofias de Nietzsche, Schopenhauer e Weininger, assim como as imagens mórbidas do pintor suíço Arnold Böcklin e os elementos fantásticos das águas-fortes do artista Max

Klinger.

No Brasil, alguns críticos localizam influências da pintura metafísica em obras de Hugo Adami, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Candido Portinari, Milton Dacosta e Ismael Nery. Posteriormente, na fase metafísica, Iberê Camargo estuda com de Chirico.

Edmilson Gomes

INSTITUCIONAL

TRF3 de portas abertas

O presidente Newton De Lucca recebe autoridades e representantes da sociedade, sempre aberto ao diálogo e à transparência

No mês de maio, o presidente do TRF3, desembargador federal Newton De Lucca, recebeu em seu Gabinete autoridades, tais como o ministro Francisco Rezek, no dia 17 de maio, e o senador Gim Argello, no dia 7 de maio. O ministro afirmou que será um prazer ministrar palestra no Tribunal, atendendo ao convite do presidente e o senador parabenizou a atual administração pela gestão aberta e voltada aos mais humildes.

Representantes do sindicato de Mato Grosso do Sul foram recebidos na Presidência pelas juízas federais Márcia Hoffmann do Amaral

Silva e Turri e Leila Paiva Morrison, em auxílio à Presidência, no dia 18 de maio.

O presidente Newton De Lucca também concedeu entrevistas, entre elas para a jornalista Luciana Lana, da Revista Affari, no dia 27 de abril.

Estiveram ainda no Gabinete da Presidência, o vice-presidente da OAB-SP, Marcos da Costa, o presidente da OAB-Franca, José Nelson Aureliano Menezes Salermo e o juiz federal Eduardo Costa, da Justiça Federal de Franca. As autoridades solicitaram a estruturação do Juizado Especial Federal no município.



Newton De Lucca com o ministro Francisco Rezek



Senador Gim Argello visita o TRF3



Presidente Newton De Lucca concede entrevista a jornalista Luciana Lana da Revista Affari



Presidente da OAB-Franca, José Salermo, juiz federal Eduardo Costa, e vice-presidente da OAB-SP, Marcos Costa visitam o TRF3



Em agosto, a convidada da coluna Bate-Papo desta edição completa 23 anos de trabalho no Tribunal. Ela tomou posse no prédio da Justiça Federal, a sede do TRF ainda não estava pronta, e acompanhou a chegada dos processos do extinto Tribunal Federal de Recursos, assim como as primeiras distribuições para os gabinetes. Já trabalhou na Presidência, Folha de Pagamento, Informática, e há 13 anos, está no Gabinete do desembargador federal Carlos Muta, onde exerce a função de Assessor II e tem a possibilidade de utilizar o conhecimento das duas áreas de sua formação, através da conferência dos cálculos em determinadas ações para instruir os julgamentos do desembargador, além do preparo de minutas de julgamento.

NOME – Ariete Rodrigues Xavier Esbaile

IDADE: 41 anos

ONDE TRABALHA – Gabinete do desembargador federal Carlos Muta

FORMAÇÃO – Bacharel em Matemática e Direito

LIVRO PREDILETO – *Faça diferente, faça a diferença!*, de Rodrigo Cardoso

FILME A QUE ASSISTIU – *Um sonho de liberdade*, de Frank Darabont

MÚSICA QUE MARCOU – *O que é o que é*, de Gozaguinha

COMIDA DE QUE GOSTO – Italiana

FAMÍLIA – Sagrada

LAZER NO FIM DE SEMANA – O predileto: andar de bike com minha família no Parque Villa Lobos

O MELHOR RESTAURANTE DA PAULISTA – Restaurante do MASP, por causa das sobremesas

UM LUGAR EM SÃO PAULO – Praça do Pôr do Sol (Alto de Pinheiros)

SE EU NÃO FOSSE SERVIDOR – Teria um curso de ensino paralelo de Matemática e Física para alunos com dificuldades no Ensino Fundamental II e Médio, dos grandes colégios de São Paulo, como o Bandeirantes

UM SONHO – Ver minhas filhas crescerem felizes

INSTITUCIONAL

Presidente do TRF3 participa de audiência em Brasília

Desembargador federal Newton De Lucca reuniu-se com o senador Romero Jucá

O presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargador federal Newton De Lucca, esteve em Brasília no dia 8 de maio, acompanhado da diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças Maria Aparecida Martinez Ciliano, participando de audiência com o senador Romero Jucá, relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2013 (PLOA 2013), na qual foi solicitada atenção especial para as questões orçamentárias da Justiça Federal

da 3ª Região.

Reuniu-se, também, com assessores parlamentares do Senado Federal para tratar dos assuntos que tramitam no Congresso Nacional envolvendo pedidos de recursos orçamentários para o TRF3.

Encaminhou, ainda, ofício ao presidente do Conselho da Justiça Federal, ministro Ari Pargendler, solicitando a colaboração do Conselho da Justiça Federal, no sentido de envidar esforços perante a Secretaria de Orçamento Fede-

ral, visando o incremento do valor per capita do montante de R\$ 90,00 (noventa reais) - que permanece inalterado desde 2004 -, comprometendo, dessa forma, a manutenção do Programa de Benefícios e Assistência Social do Tribunal.

Servidor do TRF3 lança seu primeiro romance

O servidor Jaílson Klein, diretor da Divisão de Informações Processuais e Protocolo, lança, no próximo dia 2 de junho (sábado), o livro de sua autoria *Um dia na Vida Simples de Salomão Grande*.

Trata-se de uma história de emancipação e transformação, que fala, a partir da perspectiva pueril de seu protagonista, da universalidade da condição humana, tanto nas situações mais corriqueiras da vida quanto em momentos extremos.

O lançamento será no Gijo's Restaurante, na Rua Cristiano Angeli, 930, Parque Neide, em São Bernardo do Campo-SP, a partir das 19h30.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



EXPEDIENTE

Edição:
Ester Laruccia – MTB: 26021
Assessora de Comunicação

Reportagem:
Ana Carolina Minorello, Ana Cristina Eiras, Andréa Moraes, Edmilson Gomes, Ester Laruccia, Mônica Gifoli, Wellington Campos

Revisão:
Ana Cristina Eiras e Andréa Moraes

Fotografia:
Ana Carolina Minorello, João Fábio Kairuz, Wellington Campos

Editoração:
Wellington Campos

ANO V / Número 50 / 2012

Realização:
Assessoria de Comunicação Social do TRF3
Avenida Paulista, 1.842 – Torre Sul
10º andar – Cerqueira César
São Paulo – SP – CEP: 01310 936
Fone: 11 3012-1446
E-mail: imprensa@trf3.jus.br
www.trf3.jus.br

Informativo de distribuição interna